

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	228.725
Preferenciais	0
Total	228.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.140.500	1.096.217
1.01	Ativo Circulante	122.892	106.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.517	39.964
1.01.02	Aplicações Financeiras	57.277	47.864
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57.277	47.864
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	57.277	47.864
1.01.03	Contas a Receber	13.877	14.398
1.01.03.01	Clientes	13.877	14.398
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.942	1.100
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.942	1.100
1.01.07	Despesas Antecipadas	250	1.306
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.029	1.901
1.01.08.03	Outros	2.029	1.901
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.013	1.894
1.01.08.03.02	Créditos com Partes Relacionadas	16	7
1.02	Ativo Não Circulante	1.017.608	989.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.830	12.907
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.830	12.907
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.830	2.714
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	10.193
1.02.03	Imobilizado	23.662	26.522
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.662	26.522
1.02.04	Intangível	991.116	950.255
1.02.04.01	Intangíveis	991.116	950.255

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.140.500	1.096.217
2.01	Passivo Circulante	215.466	99.994
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.812	2.805
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.812	2.805
2.01.02	Fornecedores	8.157	14.925
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.157	14.925
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.133	3.049
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.133	3.049
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.133	3.049
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.485	55.023
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.880	21.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.880	21.250
2.01.04.02	Debêntures	35.605	33.773
2.01.05	Outras Obrigações	128.852	14.673
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	108.337	745
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	108.197	665
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	140	80
2.01.05.02	Outros	20.515	13.928
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.269	8.269
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	280	324
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	11.966	5.335
2.01.06	Provisões	11.027	9.519
2.01.06.02	Outras Provisões	11.027	9.519
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	9.519	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	1.508	0
2.02	Passivo Não Circulante	640.385	706.728
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	602.922	576.058
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	194.404	176.647
2.02.01.02	Debêntures	408.518	399.411
2.02.02	Outras Obrigações	0	97.117
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	87.313
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	87.313
2.02.02.02	Outros	0	9.804
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	0	9.804
2.02.03	Tributos Diferidos	17.360	19.730
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.360	19.730
2.02.04	Provisões	20.103	13.823
2.02.04.02	Outras Provisões	20.103	13.823
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	15.542	10.373
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	4.561	3.450
2.03	Patrimônio Líquido	284.649	289.495
2.03.01	Capital Social Realizado	228.725	228.725
2.03.01.01	Subscrito	228.725	228.725
2.03.02	Reservas de Capital	194	161
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	194	161
2.03.04	Reservas de Lucros	60.609	60.609

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	4.191	4.191
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	56.418	56.418
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.879	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.151	166.127	93.428	168.568
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-63.718	-113.703	-62.264	-105.067
3.03	Resultado Bruto	22.433	52.424	31.164	63.501
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.280	-13.878	-3.717	-7.386
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.294	-13.892	-3.718	-7.385
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14	14	1	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.153	38.546	27.447	56.115
3.06	Resultado Financeiro	-22.129	-45.795	-19.779	-40.117
3.06.01	Receitas Financeiras	2.523	4.452	1.785	3.365
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.652	-50.247	-21.564	-43.482
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.976	-7.249	7.668	15.998
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.022	2.370	-1.817	-3.908
3.08.01	Corrente	0	0	-5	9
3.08.02	Diferido	3.022	2.370	-1.812	-3.917
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.954	-4.879	5.851	12.090
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.954	-4.879	5.851	12.090
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02603	-0,02133	0,03052	0,06306

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.954	-4.879	5.851	12.090
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.954	-4.879	5.851	12.090

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	72.404	70.790
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65.835	72.054
6.01.01.01	Lucro/ Prejuízo Líquido	-4.879	12.090
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	19.526	12.376
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	39	0
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/financiamentos, empréstimos e debêntures	44.671	39.539
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.039	328
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	133	19
6.01.01.07	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.052	-1.189
6.01.01.08	Juros sobre contrato de mútuo	4.853	3.260
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	33	28
6.01.01.10	Tributos diferidos	-2.370	3.962
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	483	0
6.01.01.12	Constituição dos depósitos judiciais	-187	-79
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-131	-85
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	6.297	1.372
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	380	433
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.569	-1.264
6.01.02.01	Clientes	38	192
6.01.02.02	Despesas antecipadas	1.056	925
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-842	-989
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	202	3
6.01.02.05	Outros créditos	-119	211
6.01.02.06	Fornecedores	-6.768	-126
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	7	90
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	84	28
6.01.02.09	Partes relacionadas	16.145	-531
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-3.173	-1.019
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-61	-48
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-57.566	-67.419
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.057	-3.378
6.02.02	Aquisição de intangível	-55.509	-64.041
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.285	25.804
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	4.832	-5.919
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	31.825	74.154
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-16.793	-11.159
6.03.06	Pagamento de credor pela concessão	-44	-59
6.03.07	Partes relacionadas - Mútuo	-728	-733
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-7.316
6.03.09	Juros pagos	-26.377	-23.164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.553	29.175
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.964	25.882

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.517	55.057

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	33	0	0	0	33
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33	0	0	0	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.879	0	-4.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.879	0	-4.879
5.07	Saldos Finais	228.725	194	60.609	-4.879	0	284.649

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	28	0	-4.824	0	-4.796
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	28	0	0	0	28
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.824	0	-4.824
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.090	0	12.090
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.090	0	12.090
5.07	Saldos Finais	191.725	142	43.294	7.266	0	242.427

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	176.577	178.229
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	115.824	107.337
7.01.02	Outras Receitas	5.320	4.671
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	55.433	66.221
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-96.439	-89.139
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-86.744	-85.592
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.695	-3.547
7.03	Valor Adicionado Bruto	80.138	89.090
7.04	Retenções	-19.526	-12.376
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.526	-12.376
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.612	76.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.452	3.365
7.06.02	Receitas Financeiras	4.452	3.365
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.064	80.079
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.064	80.079
7.08.01	Pessoal	10.560	9.864
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.293	7.832
7.08.01.02	Benefícios	1.914	1.664
7.08.01.03	F.G.T.S.	353	368
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.080	13.569
7.08.02.01	Federais	2.051	7.997
7.08.02.03	Municipais	6.029	5.572
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.303	44.556
7.08.03.01	Juros	26.188	24.331
7.08.03.02	Aluguéis	1.056	1.074
7.08.03.03	Outras	24.059	19.151
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.879	12.090
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.824
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.879	7.266

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 2T14 e 1S14: Receita de Pedágio cresce 6,2% no 2T14

Itaquaquecetuba, 07 de agosto de 2014 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2014 (2T14) e primeiro semestre de 2014 (1S14). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com –as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 2T14, registrou 21.947 mil veículos equivalentes pagantes, crescimento de 6,5%.
- O EBITDA, no 2T14, foi de R\$ 22,9 milhões (margem EBITDA de 26,6%) e R\$ 58,1 milhões no 1S14 (margem EBITDA de 35,0%).
- A receita líquida foi de R\$ 86,1 milhões no 2T14 e R\$ 166,1 milhões, queda de 7,8% e 1,5%, respectivamente.

Destaques (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14		
				1S14	1S13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	21.947	20.610	6,5%	44.893	41.531	8,1%
Tarifa média ¹	2,58	2,58	0,0%	2,58	2,58	0,0%
Receita líquida	86,1	93,4	-7,8%	166,1	168,6	-1,5%
Lucro/Prejuízo líquido	(5,9)	5,9	-200,0%	(4,9)	12,1	-140,5%
EBITDA ²	22,9	33,8	-32,2%	58,0	68,5	-15,3%
Margem EBITDA	26,6%	36,2%	-9,6 p.p	35,0%	40,6%	-5,6 p.p
Capex <small>1 em Reais</small>	33,4	45,1	-25,9%	57,6	69,6	-17,2%

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e administra, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 21.947 mil no 2T14, aumento de 6,5% e 44.893 mil no 1S14, crescimento de 8,1%, influenciados, principalmente, pelo tráfego comercial na região e pelas condições climáticas e feriados prolongados favoráveis aos veículos de passeio.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Passeio	14.131	13.288	6,3%	29.188	27.504	6,1%
Comercial	7.816	7.322	6,7%	15.705	14.027	12,0%
Total	21.947	20.610	6,5%	44.893	41.531	8,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Ecopistas	2,58	2,58	0,0%	2,58	2,58	0,0%

Comentário do Desempenho

Na Ecopistas, o governo de Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,5%, e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) abatimento de multas por penalização das concessionárias quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) alteração no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados, para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 2T14 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 91,3 milhões no 2T14 e de R\$ 176,5 milhões no 1S14, uma queda de 7,0% e 1,0% respectivamente, sendo influenciada pela redução na receita de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Receitas de Pedágio	56,6	53,3	6,2%	115,8	107,3	7,9%
Receitas Acessórias	2,9	2,3	26,1%	5,3	4,7	12,8%
Receita de Construção ICPC-01	31,8	42,6	-25,4%	55,4	66,2	-16,3%
Total	91,3	98,2	-7,0%	176,5	178,2	-1,0%

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção, conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, foi de R\$ 31,8 milhões no 2T14 e R\$ 55,4 milhões no 1S14. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o mesmo valor contabilizado na conta “Custo de Construção de Obras”.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 73,0 milhões no 2T14 e R\$ 127,6 milhões no 1S14, crescimentos de 10,6% e 13,4%, respectivamente,

Comentário do Desempenho

devido, principalmente, ao aumento no escopo de serviços de terceiros prestados pela EcoRodovias Concessões.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Pessoal	5,5	5,0	10,0%	10,6	9,9	7,1%
Conservação e manutenção	2,3	2,3	0,0%	4,6	4,6	0,0%
Serviços de terceiros	16,2	4,4	268,2%	23,1	9,0	156,7%
Poder concedente e seguros	1,6	2,3	-30,4%	3,2	4,7	-31,9%
Depreciação e amortização	9,7	6,4	51,6%	19,5	12,4	57,3%
Provisão manutenção ICPC 01	3,4	1,0	240,0%	6,3	1,4	350,0%
Custo de construção de Obras ICPC 01	31,8	42,6	-25,4%	55,4	66,2	-16,3%
Locações, aluguéis e outros	2,5	2,0	25,0%	4,9	4,3	14,0%
TOTAL	73,0	66,0	10,6%	127,6	112,5	13,4%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 22,9 milhões no 2T14 e R\$ 58,0 milhões 1S14, queda de 32,2% e 15,3%, respectivamente. A margem EBITDA atingiu 26,5% no 2T14 e 35,0% no 1S14, uma queda de 9,6 pontos percentuais em relação ao 2T13 e 5,6 pontos percentuais em relação à 1S13.

EBITDA						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Lucro Líquido	(5,9)	5,9	-200,0%	(4,9)	12,1	-140,5%
Imposto de renda e contribuição social	(3,0)	1,8	-266,7%	(2,4)	3,9	-161,5%
Resultado Financeiro	22,1	19,8	11,6%	45,8	40,1	14,2%
Depreciação e Amortização	9,7	6,3	54,0%	19,5	12,4	57,3%
EBITDA	22,9	33,8	-32,2%	58,0	68,5	-15,3%
Margem EBITDA	26,6%	36,2%	-9,6 p.p.	35,0%	40,6%	-5,6 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T14 foi negativo em R\$ 22,1 milhões e negativo em R\$ 45,8 milhões no 1S14, crescimentos de 11,1% e 24,2%, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro						
(em milhões de R\$)	2T14	2T13	Var.	1S14	1S13	Var.
Juros sobre debêntures	(8,9)	(8,9)	0,0%	(17,8)	(17,3)	2,9%
Juros sobre financiamentos	(4,4)	(4,2)	4,8%	(8,4)	(7,0)	20,0%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(8,2)	(5,9)	39,0%	(17,6)	(14,4)	22,2%
Receita de aplicação financeira	2,5	1,8	38,9%	4,3	3,4	26,5%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	0,0	(0,2)	n.m	(0,4)	(0,4)	0,0%
Outros efeitos financeiros	(3,1)	(2,5)	24,0%	(5,9)	(4,4)	34,1%
TOTAL	(22,1)	(19,9)	11,1%	(45,8)	(40,1)	14,2%

LUCRO /PREJUÍZO LÍQUIDO

A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 5,9 milhões no 2T14 e R\$ 4,9 milhões no 1S14

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2014, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 559,6 milhões. A Ecopistas encerrou o 2T14 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 104,8 milhões e dívida bruta de R\$ 664,4 milhões no 2T14.

Endividamento					
(em milhões de R\$)	30/06/2014	31/12/2013	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	220,3	197,9	11,3%	taxa TJLP+2,45% a.a	junho-2025
Debêntures	444,1	433,2	2,5%	IPCA+8,25%	outubro-2022
Dívida Total	664,4	631,1	5,3%		
Caixa e equivalentes de caixa	47,5	40,0	18,8%		
Aplicação financeira vinculada (*)	57,3	58,1	-1,4%		
Dívida Líquida	559,6	533,0	5,0%		

(*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Comentário do Desempenho

CAPEX

Os investimentos realizados na Ecopistas totalizaram R\$ 33,4 milhões no 2T14 e R\$ 57,6 milhões no 1S14, queda de 17,2% e 25,9%, respectivamente. Tais investimentos se referem, principalmente, às obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna.

(em milhões de R\$)	2T14			2T13			Var. 2T14*2T13
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Capex	33,4	-	33,4	45,1	-	45,1	-25,9%

(em milhões de R\$)	1S14			1S13			Var. 1T14*1T13
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Capex	57,6	-	57,6	69,6	-	69,6	-17,2%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ITR - Informações Trimestrais

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

30 de junho de 2014

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 29.

As informações contábeis intermediárias da Companhia, para o semestre findo em 30 de junho de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 05 de agosto de 2014.

2. Bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nºs 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013"), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	2.232	2.148
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	44.293	9.242
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	992	28.574
	<u>47.517</u>	<u>39.964</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 47,57% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 42,68% em Operações Compromissadas, 8,21% em Letra Financeira (LF) e 1,54% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$992 (R\$1.456 em 31 de dezembro de 2013).

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimentos (a)	49.868	47.864
Poupança (b)	7.409	10.193
	<u>57.277</u>	<u>58.057</u>
Circulante	57.277	47.864
Não circulante	-	10.193

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxa média ponderada de 98,1% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide Notas Explicativas nºs 13 e 14).

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA. Em 30 de junho de 2014 a Companhia possui um saldo de R\$7.409 (R\$10.193 em 31 de dezembro de 2013) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	12.674	14.306
Cupons de pedágio	407	377
Receitas acessórias	2.595	1.031
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(1.799)	(1.316)
	<u>13.877</u>	<u>14.398</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	13.636	14.158
Vencidos:		
Até 30 dias	81	81
De 31 a 60 dias	80	-
De 61 a 90 dias	80	159
Acima de 90 dias	1.799	1.316
	<u>15.676</u>	<u>15.714</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2014</u>
Saldo inicial	1.316
Constituição de PCLD no exercício	483
Valores recuperados no exercício	<u>1.799</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 30 de junho de 2014 é de R\$250 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2013) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

Notas Explicativas

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	2.714	2.356
Adições	187	79
Baixas	(202)	(3)
Atualização monetária	131	85
Saldo final	<u>2.830</u>	<u>2.517</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual	
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições		Saldos em 30/06/2013
20,0	32.478	3.174	-	35.652	(13.436)	(3.401)	(16.837)	19.042
12,2	519	14	-	533	(124)	(32)	(156)	395
10,0	1.062	73	-	1.135	(261)	(55)	(316)	801
3,2	250	-	-	250	(25)	(4)	(29)	221
5,0	2.085	-	-	2.085	(157)	(52)	(209)	1.928
10,0	504	117	-	621	(85)	(85)	(86)	503
	36.898	3.378	-	40.276	(14.004)	(3.629)	(17.633)	22.894

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual	
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições		Saldos em 30/06/2014
20,0	43.356	1.960	-	45.316	(20.749)	(4.426)	(25.175)	22.607
12,3	549	4	-	553	(189)	(34)	(223)	360
10,0	1.162	76	-	1.238	(374)	(60)	(434)	788
3,2	250	-	-	250	(34)	(4)	(38)	216
10,0	2.499	17	-	2.516	(385)	(125)	(510)	2.114
-	498	-	(268)	230	(61)	-	(61)	437
	48.314	2.057	(268)	50.103	(21.792)	(4.649)	(26.441)	26.522

Hardware e equipamentos de pedágio
 Máquinas e equipamentos
 Móveis e utensílios
 Edificações
 Instalações
 Outros

Hardware e equipamentos de pedágio
 Máquinas e equipamentos
 Móveis e utensílios
 Edificações
 Instalações
 Outros

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. Intangível

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/06/2013	31/12/2012
(*)	854.389	64.028	-	-	918.417	(40.313)	(8.651)	(48.964)	814.076
20,1	948	13	-	-	961	(468)	(96)	(564)	480
	855.337	64.041	-	-	919.378	(40.781)	(8.747)	(49.528)	814.556
Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/06/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/06/2014	31/12/2013
(*)	1.016.234	55.396	(39)	268	1.071.859	(66.307)	(14.778)	(81.085)	949.927
18,9	989	113	-	-	1.102	(661)	(99)	(760)	328
	1.017.223	55.509	(39)	268	1.072.961	(66.968)	(14.877)	(81.845)	950.255

Contratos de concessão
Softwares de terceiros

Contratos de concessão
Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 30 de junho de 2014 é de 2,83% a.a. (1,95% a.a. em 30 de junho de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014	30/06/2014
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	322	335	-	657	335
Provisão para férias e encargos de diretores	4	9	-	13	8
Provisão para devedores duvidosos	444	163	-	607	163
Prejuízo fiscal e base negativa	-	4.737	(387)	4.350	4.350
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	(20.500)	(2.499)	12	(22.987)	(2.486)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(19.730)	2.745	(375)	(17.360)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					2.370

(*) O RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros Capitalizados.

Reconciliação do ativo (passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(19.730)
Receita/(despesa) do imposto reconhecido no resultado	2.370
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>(17.360)</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamentos das provisões para: perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, férias de diretores, devedores duvidosos e prejuízos fiscais.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.249)	15.998
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	2.465	(5.439)
Juros sobre o capital próprio	-	1.640
Despesas indedutíveis	-	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-
Outros	(95)	(109)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.370</u>	<u>(3.908)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	-	9
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	2.370	(3.917)

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>1º sem. 2014</u>	<u>1º sem. 2013</u>
Saldo inicial provisão IR/CS - 31/12	-	-
Despesa IR/CS corrente DRE	-	9
Total IR/CS pagos no trimestre	-	(9)
Saldo final provisão IR/CS - 30/06	-	-

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a conseqüente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*);
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia ainda não decidiu pela adoção antecipada ou a partir de 2015, visto que os estudos internos continuam em andamento, os quais estão sendo suportados por consultores externos.

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	928	1.074
Cofins	560	647
PIS	121	140
ISS na fonte	1.359	364
INSS fonte	-	541
Outros	165	283
	3.133	3.049

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	30/06/2014	31/12/2013
Em moeda nacional - BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	220.284	197.897
Circulante			25.880	21.250
Não circulante			194.404	176.647

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	197.897	114.602
Adições	31.825	74.154
Encargos financeiros	8.386	6.985
Pagamento principal	(10.688)	(6.879)
Pagamento de juros	(7.136)	(5.475)
Saldo final	220.284	183.387

Em fevereiro de 2011 a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia	A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
Índices financeiros exigidos	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2014, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	26,9%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,38
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,90

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	26.105	114 mensais
b	85.528	85.528	8.904	114 mensais
c	-	-	-	101 mensais
d	27.999	27.999	1.474	114 mensais
e	21.769	-	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	355.396	255.615	36.483	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2014	31/12/2013
2015	12.885	19.552
2016	28.539	24.098
2017	28.482	24.042
2018	28.536	24.095
2019	28.693	24.353
Posteriores a 2020	67.269	60.507
	194.404	176.647

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Principal corrigido	437.677	422.185
Remuneração (juros)	15.112	20.518
Custos com emissão de debêntures (*)	(8.666)	(9.519)
	444.123	433.184
Circulante	35.605	33.773
Não circulante	408.518	399.411

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	433.184	419.750
Encargos financeiros	36.285	32.554
Pagamento do principal	(6.105)	(4.280)
Pagamento de juros	(19.241)	(17.689)
Saldo final	444.123	430.335

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

Descrição	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2014	1ª série - R\$1.221 2ª série - R\$1.156 3ª série - R\$1.272 4ª série - R\$1.246
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

Notas Explicativas

Descrição	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	10.652	(464)	10.188	18.953	(1.473)	17.480
2016	23.688	(1.378)	22.310	22.729	(1.378)	21.351
2017	32.796	(1.407)	31.389	31.469	(1.407)	30.062
2018	44.097	(1.334)	42.763	43.258	(1.334)	41.924
2019	57.968	(1.080)	56.888	56.864	(1.080)	55.784
A partir de 2020	246.601	(1.621)	244.980	234.431	(1.621)	232.810
	415.802	(7.284)	408.518	407.704	(8.293)	399.411

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros trimestralmente conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	26,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,43
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante		Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Outros créditos	
Circulante:				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	11
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	119
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	-	7	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	5	-
Elog S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	10
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	4	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	108.197
		-	16	108.337
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	-	301
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	-	2.099
		-	-	2.400
Total em 30 de junho de 2014		-	16	2.400
Total em 31 de dezembro de 2013 (*)		14.313	7	7.822

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	4.853
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	11.885	6.168	-
Total em 30 de junho de 2014		11.885	6.168	4.853
Total em 30 de junho de 2013		2.832	1.468	3.260

(a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$36.108, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Notas Explicativas

- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de junho de 2014, há um saldo em aberto de R\$91.438 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2015.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$47.856. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$40.242. Os saldos em aberto a pagar R\$130 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

(*) Em 20 de março de 2014, a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2014 em R\$1.100 (R\$923 em 31 de dezembro de 2013).

A remuneração dos administradores no trimestre está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Salários	192	238
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.c)	33	28
Previdência privada	12	22
Participação nos resultados	140	105
	<u>377</u>	<u>393</u>

Notas Explicativas

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o trimestre da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano, correspondentes as taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adições	Efeito financeiro	30/06/2013
Constituição da provisão para manutenção	8.523	1.943	-	10.466
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	(571)	-	(3.241)
Ajuste a valor presente - realizações	873	-	380	1.253
	6.726	1.372	380	8.478

Circulante	-			-
Não circulante	6.726			8.478

	31/12/2013	Adição	Efeito financeiro	30/06/2014
Constituição da provisão para manutenção	12.551	6.802	-	19.353
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.810)	(505)	-	(4.315)
Ajuste a valor presente - realizações	1.632	-	380	2.012
	10.373	6.297	380	17.050

Circulante	-			1.508
Não circulante	10.373			15.542

17. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,99% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Baixa	Efeito financeiro	30/06/2013
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	-	-	(3.087)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	(1)	3.970
	10.083	-	(1)	10.082
Circulante	<u>2.142</u>			<u>2.141</u>
Não circulante	<u>7.941</u>			<u>7.941</u>

	31/12/2013	Baixa	Efeito financeiro	30/06/2014
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.651)	-	-	(3.651)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	9.519	-	-	9.519
Circulante	<u>9.519</u>			<u>9.519</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>-</u>

18. Obrigações com o poder concedente

	30/06/2014	31/12/2013
Parcelas variáveis	280	324

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	324	590
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	1.817	3.360
Pagamentos	(1.861)	(3.419)
Saldo final	280	531

Notas Explicativas

19. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	281	127	408
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	51	277	328
(-) Pagamentos	(42)	(6)	(48)
(+) Atualização monetária	10	9	19
Saldos em 30 de junho de 2013	300	407	707

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	2.673	777	3.450
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	281	758	1.039
(-) Pagamentos	(61)	-	(61)
(+) Atualização monetária	72	61	133
Saldos em 30 de junho de 2014	2.965	1.596	4.561

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de junho de 2014 no montante de R\$3.998 (R\$4.676 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de junho de 2014 o montante de R\$8.202 (R\$4.220 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$228.725 representado por 228.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6 do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do trimestre ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o valor da reserva legal é de R\$4.191.

Notas Explicativas

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 273.939 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587	198.347
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o trimestre de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$33 (R\$28 em 30 de junho de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo trimestre das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	198.347	198.347
Em 30 de junho de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	14,60	14.788	7,26	107	11 meses
2016	13,99	7.647	4,30	33	23 meses
2017	12,37	49.586	1,85	92	35 meses
2018	12,37	49.589	2,10	104	47 meses
		121.610	3,88	336	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou três programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.582.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de junho de 2014, de R\$15,14. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de junho de 2014, é de R\$23.966.

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2014 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

21. Receita líquida

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	43.597	42.521
Pedágio por equipamento eletrônico	68.779	61.153
Vale-pedágio	3.448	3.663
	<u>115.824</u>	<u>107.337</u>
Receita de construção	55.433	66.221
Receitas acessórias (a)	5.320	4.671
Receita bruta	<u>176.577</u>	<u>178.229</u>
Deduções da receita bruta (b)	<u>(10.450)</u>	<u>(9.661)</u>
Receita líquida	<u>166.127</u>	<u>168.568</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	115.824	107.337
Receitas acessórias	5.320	4.671
	<u>121.144</u>	<u>112.008</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(3.634)	(3.361)
PIS (0,65%)	(787)	(728)
ISS (2% a 5%)	(6.029)	(5.572)
	<u>(10.450)</u>	<u>(9.661)</u>

Notas Explicativas

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Pessoal	10.560	9.864
Conservação e manutenção	4.576	4.583
Serviços de terceiros (a)	23.098	8.951
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.410	1.383
Poder Concedente	1.817	3.360
Provisão para manutenção	6.297	1.444
Custos com construção	55.433	66.221
Depreciações e amortizações	19.526	12.376
Locação de imóveis e máquinas	1.056	1.074
Outros custos e despesas operacionais	3.822	3.196
	<u>127.595</u>	<u>112.452</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	113.703	105.067
Despesas gerais e administrativas	13.892	7.385
	<u>127.595</u>	<u>112.452</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

23. Resultado financeiro

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.275	3.267
Outras	177	98
	<u>4.452</u>	<u>3.365</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(17.802)	(17.346)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.386)	(6.985)
Variação monetária sobre debêntures	(17.630)	(14.367)
Amortização de custos das debêntures	(853)	(841)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(380)	(379)
Juros sobre contrato de mútuo	(4.853)	(3.260)
Outras	(343)	(304)
	<u>(50.247)</u>	<u>(43.482)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(45.795)</u>	<u>(40.117)</u>

Notas Explicativas

24. Lucro/Prejuízo por ação

a) Lucro/Prejuízo básico

O lucro/prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Lucro/Prejuízo do semestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	(4.879)	12.090
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/prejuízo básico por ação	228.725	191.725
Lucro/prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>(0,02)</u>	<u>0,06</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$596 (R\$372 em 30 de junho de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18 deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

a) Risco de mercado

- (i) Exposição a riscos cambiais;
- (ii) Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxa média remunerada de 99,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	664.687	631.405
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(104.794)	(98.021)
Dívida líquida	559.893	533.384
Patrimônio líquido (ii)	284.649	289.495
Índice de endividamento líquido	1,97	1,84

- (i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 13, 14 e 18.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	2.232	2.232
Cientes (i)	Empréstimos e recebíveis	13.877	13.877
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	102.562	102.562
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	8.157	8.157
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	220.284	220.284
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	444.123	444.123

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 30 de junho de 2014, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 30 de junho de 2014, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.292 (R\$14.306 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.840	38.878	38.639	156.723
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.212	12.954
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	53.581	61.225	69.254	689.890

TJLP em 30 de junho de 2014 - 5,00%.

IPCA em 30 de junho de 2014 - 6,52%.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do trimestre. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do trimestre de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	3.950	2.962	1.975
Debêntures	Alta do IPCA	(40.110)	(40.691)	(41.271)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(14.505)	(16.850)	(19.173)
Juros a incorrer, líquidos		(50.665)	(54.579)	(58.469)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,51%	8,14%	9,77%
TJLP (b)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (c)	11,00%	8,25%	5,50%

(a) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa da CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$72 (R\$87 em 30 de junho de 2013), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2014 a junho de 2015	141.060
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2014 a junho de 2015	263.846
"All Risk" - danos materiais	Junho de 2014 a junho de 2015	2.078.130
"All Risk" - perda de receita	Junho de 2014 a junho de 2015	263.846

29. Contrato de concessão

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE, sendo que a última parada foi paga em 31 de dezembro de 2010.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita de construção	55.433	66.221
Custos de construção	(55.433)	(66.221)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>30/06/2014</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	259.707	293.288
Conservação especial (manutenção)	411.227	409.120
Equipamentos	192.493	187.355

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5